

DISCURSO(S) PRÓ-DIREITA NOS ANOS 60 NO BRASIL

ANNA CLÁUDIA CAMPOS E SANTOS¹
DANIEL DE MENDONÇA²

¹Universidade Federal de Pelotas – accamposesantos@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – ddmendonca@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A memória construída em torno do regime autoritário brasileiro insiste, muitas vezes, em “apagar” os vitoriosos do golpe de 1964 (NAPOLITANO, 2015; 2020). Neste sentido, seria, talvez, desnecessário compreender quem foram aqueles que por anos estiveram nos principais espaços de poder e, com isso, estabeleceram (re)desenhos na economia, na política e na cultura do país? Quaisquer rastros daquela direita que chegou ao poder em 1964, que se rearticulou e se manteve até 1985, foram durante muito tempo deixados de lado.

É nesta visada que o golpe de 1964, que possibilitou à direita chegar ao poder, não pode ser visto como a ação de um grupo homogêneo. Pode-se falar de uma coalização não só heterogênea, mas também contraditória, sendo “incapaz de unificar setores dominantes e dominados num projeto policlassista (...)” (CRUZ E MARTINS, 1983, p. 17). Neste sentido, estaríamos falando de um discurso de direita amplo, diversificado e contraditório. Destarte, como definir a própria direita enquanto resultado da criação de um discurso que perpassou as lógicas econômicas, sociais e políticas de uma sociedade brasileira caracterizada por um período militar repleto de contradições, complexidades e dinâmicas? Ao se estabelecer no poder, qual discurso pode ser identificado como aquele que a direita (re)articulou e estabeleceu enquanto hegemônico?

Por isso, este trabalho busca apresentar parte dos resultados da qualificação e defesa de projeto de tese da referida autora. Por meio do objetivo principal de compreender a direita a partir do seu próprio discurso, buscar-se-á apresentar aqui quais as condições de emergências existentes entre os anos de 1962-1964 que possibilitaram o fortalecimento de movimentos pró-direita, e levaram, posteriormente, ao golpe em 1964.

O referencial teórico norteador da pesquisa se baseia na teoria do discurso desenvolvida por Laclau e Mouffe (2015), autores que apostam na ideia de que a construção de um discurso pró-direita não deve ser visto como uma totalidade discursiva suturada, visto que sua condição hegemônica se dá exatamente pela existência de antagonismos que permanecem na luta pelo domínio discursivo.

Por isso, visualizamos que a ascensão de um discurso contrário a elementos predominantemente presentes em discursos favoráveis a era Goulart, se deu a partir de práticas articulatórias que demonstram o caráter material de um discurso fortalecido a partir de 1962. Ou seja, os elementos discursivos presentes nos movimentos pró-direita acabaram por se manifestar nas estruturas, nas instituições, nas práticas do dia-a-dia da sociedade brasileira. Por isso, as questões políticas, econômicas e morais são de extrema relevância, posto que elas refletem os elementos presentes nas práticas articulatórias, no fortalecimento discursivo, o que nos permitirá identificar os chamados pontos nodais: elementos que possibilitam a



potencialidade discursiva ultrapassar seus aspectos não-materiais. (LACLAU E MOUFFE, 2015)

2. METODOLOGIA

A abordagem metodológica será de cunho qualitativo, propiciando um olhar mais abrangente e complexo para com o tratamento dos documentos selecionados, evidenciando a pesquisa documental como a técnica mais adequada. Destarte, o procedimento por meio da pesquisa documental se iniciou com a exploração das fontes documentais, que aqui se elencou como sendo os documentos oficiais dos principais movimentos pró-direita, a partir de 1962, a saber: Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), Movimento de Arregimentação Feminina (MAF), União Cívica Feminina (UFC).

Buscaremos, assim, descrever o período anterior ao regime militar – a era Goulart, pela lente de seus opositores de direita. Assim, os primeiros esforços em compreender como tal cenário se delineou, se dará, sobretudo, pelo uso das notas taquigráficas dos discursos de deputados federais opositores à Goulart no Congresso Nacional. Será por meio delas que iniciaremos a identificação dos principais sentidos criados em torno da construção discursiva favorável à ocupação do Executivo Nacional pelas Forças Armadas, ou seja, uma espécie de mapeamento das condições de emergência que possibilitaram a criação de um conjunto de condições no qual o discurso pró-direita se instaurou.

Esclareceremos o que pode ser entendido pelas *reformas de base*, aspecto central para a criação dos movimentos pró-direita nos meados de 1962. Tais aspectos irão auxiliar também na descrição do terreno composto pelos elementos em torno da temática do discurso pró-direita que se articulava, denominado “campo de discursividade” pela teoria do discurso. (LACLAU E MOUFFE, 2015)

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Março de 1964 foi um mês de grandes acontecimentos, pois é a partir deles que se pode começar a compreender o clima de tensão que levou à derrubada de Goulart. O Congresso Nacional reflete de forma bastante intensa o desenrolar dos acontecimentos. A garantia das liberdades democráticas e da Constituição perpassam a ideia de que uma ditadura comunista estava em marcha pelas atitudes do presidente e de seus demais apoiadores, estes que ao invés de manterem a ordem, tinham se transformado, na verdade, em conspiradores da desordem e naqueles que pretendiam derrubar as instituições no país. O momento demandaria o que fosse necessário para restabelecer a ordem, e a crença estava na ideia de que cabia às Forças Armadas e ao Congresso tal papel. Porém, é preciso analisar os antecedentes.

O primeiro deles foi o chamado Comício da Central, realizado em 13 de março. Tal evento foi visto como um movimento totalitário, em direção a um “(...) golpe em franco desenvolvimento e com marcha acelerada para a ditadura comunista”, por isso, a participação de Goulart no Comício da Central foi vista de forma negativa, já que o evento foi considerado de caráter “nitidamente



subversivo”, visto como uma ação estratégica dos movimentos sociais. Estes estariam utilizando-se do poder político relacionado ao presidente para alavancar suas causas.

Dada a proximidade das datas, o Comício da Central foi comparado à realização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada no dia 19 de março de 1964, em São Paulo, levando em torno de 500 mil paulistas às ruas. Segundo o deputado federal Herbert Levi (UDN/SP), o evento ocorreu de modo espontâneo, refletindo a revolta das mais variadas classes, religiões e raças, e não a partir de uma “cúpula sindical ilícita, constituída de comunistas e pelegos, ou pela pressão do empregador, no caso o governo”. Salientou também que o movimento deve ser visto como um movimento de fé, de esperança, de apelo à paz, buscando “salvaguardar as liberdades públicas e o regime democrático”. Assim, a Marcha pode ser vista como um movimento que tentou simbolizar a importância de manter viva a Constituição.

A Revolta dos Marinheiros foi o último grande acontecimento que antecedeu o golpe de 1964. O apoio de Goulart ao movimento foi visto como forma de subverter a ordem, a hierarquia, que devem ser mantidas pela Constituição. Nesse sentido, o presidente é visto como uma ameaça às instituições democráticas, já que não cumpre com as promessas existentes na Carta Magna. Foi visto também como um estímulo à luta de classes dentro das Forças Armadas, levando o país ao caos.

4. CONCLUSÕES

Os elementos que formaram as condições de emergência que possibilitaram o golpe de 64, bem como a manutenção e fortalecimento de movimentos pró-direita durante o regime autoritário militar, se encontram vinculados principalmente aos seguintes aspectos: ameaça à democracia e à Constituição e luta contra o comunismo. A partir do que foi exposto até agora, quando analisamos o que pode ser definido como democracia, temos a defesa da liberdade, da verdadeira dignidade do homem e dos princípios inscritos na Constituição vinculados. Ao se falar do comunismo, os movimentos pró-direita o vinculavam sempre a uma negação da fé cristã e a um incentivo à revolução enquanto sinônimo de desordem. Para tais movimentos, havia a crença de que o desenvolvimento do país deveria estar ligado a aspectos que se identificavam a sentidos relacionados ao Ocidente. Havia, portanto, uma oposição aos discursos vinculados às reformas de base e ao Plano Trienal que Goulart propunha realizar, bem como a qualquer discurso vinculado a uma proximidade com as ideias fortalecidas pelos partidos considerados comunistas na época. Neste sentido, a grande questão que parece se colocar em torno dos movimentos pró-direita é o nacionalismo. A ameaça do comunismo, para eles, se colocava exatamente na farsa em que os comunistas construíram em torno da noção de nacionalismo.



5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRUZ, S. C. V. e.; MARTINS, C. E. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da “abertura”. In: SORJ, B.; ALMEIDA, M. H. T. de. **Sociedade e Política no Brasil pós-64**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1983, cap. 1, p. 13-61.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.

NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, v. 8, n. 15esp., p. 09-44, nov. 2015.

_____. Desafios para a História nas encruzilhadas da memória: entre traumas e tabus. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 68, n. 01, p. 18-56, jan./jun., 2020.